

CULTURA AFRICANA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE QUÍMICA: ESTUDOS SOBRE A LEI 10.639.

Caio M. Arantes*¹ (IC), Murilo M. dos Anjos^{1,2} (IC), Ellen P. L. Souza¹ (PG), e Anna M. C. Benite¹ (PQ)
anna@quimica.ufg.br

Laboratório de Pesquisas em Educação Química e Inclusão – LPEQI, IQ – Universidade Federal de Goiás.2-Unidade Universitária de Ciências Exatas e Tecnológicas – UnUCET, UEG.

Palavras Chave: Políticas Públicas, Formação de Professores de Ciências, Lei 10.639

Introdução

A questão da inserção de conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos da escola básica, determinada pela lei 10.639/2003, tem promovido discussões no âmbito acadêmico relativas à etnia, diversidade e raça^{1,2,3}.

Neste contexto, esta investigação apresenta elementos de uma pesquisa-ação e se interessa pelos saberes mobilizados pela tríade de professores (formador, em formação inicial e do ensino básico em formação continuada) no sentido de compreender como tem sido operacionalizadas as propostas da lei em duas instituições formadoras de professores: UFG e UEG.

Resultados e Discussão

Neste momento, estamos realizando encontros entre a tríade de professores composta por dois alunos de iniciação científica (A5- licenciando em química da UFG e bolsista PIBIC e A6- licenciando em química da UEG e aluno PIVIC), um professor do ensino básico em formação continuada (PG5- licenciada em matemática e aluna especial do Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática, UFG) e uma professora formadora (PF1-docente do IQ-UFG). Os encontros são realizados com vistas à tentativa de introdução da temática sobre a diversidade étnico-cultural valorizando os conteúdos de matriz africana nas IES envolvidas, especificamente nos cursos de ciências. E, acontecem desde o início do segundo semestre de 2010. Esses encontros ocorrem duas vezes por semana, com duração de duas horas e são gravados em áudio e vídeo para posterior transcrição e análise dos dados.

A tríade de professores desenvolveu um roteiro de entrevistas semi-estruturadas que serão realizadas com os sujeitos da pesquisa. Apresentamos, neste trabalho, trechos de 4 entrevistas realizadas com professores formadores de professores de química (PF1, PF2, ...PF4) das IES envolvidas como pré-teste para adequação do instrumento de coleta de dados. Interessante é ressaltar que nenhum dos entrevistados conhecia a lei.

Quando perguntados sobre sua opinião quanto a inserção da temática nos cursos de formação docente, os entrevistados vêem como uma iniciativa para capacitar os professores para lidar com a diversidade de raças presentes nas salas de aula:

PF1: Com certeza, por que os professores irão trabalhar com alunos que são provenientes de várias raças e é importante ter essa formação pra que saiba valorizar isso em cada aluno.

PF3: A única coisa que sei disso, mas que não é na formação, que eu vejo que é em relação a várias etnias, várias raças, que estão presentes na sala de aula.

Nossos resultados demonstram que os entrevistados mencionaram o conceito de raça e racismo. Isso pode ser explicado, tendo como base o fato de as relações sociais no Brasil, desde a sua colonização, serem regidas por questões étnico-raciais. O termo *raça* é utilizado com frequência nas relações sociais brasileiras para informar como determinadas características físicas, como cor de pele, tipo de cabelo, entre outras, influenciam, interferem e até mesmo determinam equivocadamente o destino e o lugar social dos sujeitos no interior da sociedade brasileira.

PF2: Não sei, não sei, eu vejo isso como um pouco difícil. Porque, vejamos qual o objetivo de introduzir esse tema no curso de licenciatura?

A5: Preparar os futuros professores...

PF2: Pra?

A5: Poderem conhecer suas origens.

PF2: Sim, passar pros alunos da escola para diminuir o preconceito né?

A5: E também valorizar nossa cultura...

A produção desses enunciados denuncia o processo de construção da identidade negra na sociedade brasileira. Admitir essa identidade passa pelo reconhecimento e pertencimento e reconhecer-se no Brasil, é decisão de coragem, pois é ser portador de uma cultura, que histórica e equivocadamente, tem sido quase sempre, considerada inferior, uma vez que subjugada ilegitimamente pelos domínios da escravidão.

Conclusões

Práticas pedagógicas serão emancipatórias quando extrapolarem os muros da escola e revalidarem o fazer pedagógico inserido nos desafios das mudanças de valores, de lógicas e de representações sobre o outro, principalmente, aqueles que fazem parte dos grupos historicamente excluídos da sociedade.

Agradecimentos

A FAPEG, AO CNPQ E AO NEAB –UFU.

¹SILVA, M. L.(org.) Ciência, raça e racismo na modernidade. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

²CAVALLEIRO, E. (Org.). Racismo e anti-racismo na educação. Repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001.

³ARANTES, C.M.; ANJOS, M.M.; SOUZA, E.P.L. e BENITE, A.M.C. Políticas Públicas Educacionais: Sobre a lei 10.639 e a formação de professores de ciências. VI Seminário Racismo e Educação, NEAB, UFU, 2010.